

O pregoeiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nomeado por meio da Portaria PROAD nº 71, de 21 de maio de 2020, vem, nos termos do que dispõe o inciso II do art. 17 do Decreto 10.024/2019, apreciar a Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 007/2020 apresentada pela DISTRIBUIDORA DE GAS GONCALVES LTDA, nos termos a seguir descritos:

1. RELATÓRIO:

Trata o presente processo do Pregão Eletrônico nº 007/2020, para aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo para atender à demanda da Fazenda Experimental do Moura/Curvelo.

Em 08/07/2020, a DISTRIBUIDORA DE GAS GONCALVES LTDA, apresentou impugnação ao edital em razão dos tópicos relacionados no item 03 deste documento.

2. DA ANÁLISE DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO E REQUERIMENTOS:

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o Edital de Pregão Eletrônico 007/2020 tinha a sua abertura prevista para as 09h do dia 09/07/2020, e a presente impugnação foi encaminhada através de e-mail no dia 08/07/2020. Entretanto, considerando-se que o edital se omitiu quanto ao prazo para a apresentação de pedido de impugnação, o pedido foi considerado TEMPESTIVO.

Recebida a impugnação, no que se refere a matéria técnica, o pregoeiro decidiu por realizar consulta ao setor demandante da compra e ao setor responsável pela elaboração do edital. Após recebidas todas as informações necessárias, encaminhadas pelo setores envolvidos e analisadas, passamos as respostas das alegações apresentadas pelo impugnante.

3. DO EXAME DO PLEITO

3.1 ACERCA DO VÍCIO APONTADO NO ITEM 24.1 DA MINUTA DE EDITAL DLI

Examinando o documento do edital, observa-se que de fato o item 24.1 foi silente no tocante ao prazo de impugnação ao edital, não obstante o art. 24 do Decreto nº 10.024/2019 estabeleça que o prazo é de "**até** três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública", não podendo jamais o instrumento convocatório ser contrário ao que disposto no Decreto. De fato ficou vaga a informação do prazo, dando margem à interpretação de um, dois ou três dias. A nova versão do edital trará com clareza a definição deste prazo.

3.2 QUANTO À MANUTENÇÃO OU NÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DISPOSTAS NOS ITENS 9.10 E 9.11 DA MINUTA DE EDITAL DLI

O art. 3º, XI, do Decreto nº 10.024/2019 delimita os elementos que deverão compor o Termo de Referência, dentre eles a "d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;". Vejamos que o Termo de Referência - SRP LogDF é silente quanto a isso.

Apesar destas exigências estarem previstas nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, a mesma lei estabelece que a fim de alcançar uma proposta mais vantajosa, a Administração deve observar os princípios da isonomia e o da livre concorrência, sendo vedadas cláusulas ou condições que estabeleçam preferências irrelevantes ao objeto do contrato e que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, inciso I, § 1º, do art. 3º.

Determinadas exigências na fase da habilitação como requisito para preencher capacidade técnica e econômica devem ser avaliadas caso a caso. Assim, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando tratar-se de aquisição de materiais de baixa complexidade e de pronta entrega, estas exigências serão suprimidas na nova versão do edital.

3.3 DIVERGÊNCIA ENTRE ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E DO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Apesar de ser uma questão óbvia, na nova versão do edital constará a informação de que havendo divergência entre as especificações constantes no sistema Compras Governamentais e as constantes no Edital, prevalecerão sempre as do edital e seus anexos.

3.4 SOBRE A INCIDÊNCIA DA RESOLUÇÃO ANP Nº 51, DE 30.11.2016, NO OBJETO DESTA LICITAÇÃO E A PERTINÊNCIA DE INCLUSÃO DE EXIGÊNCIAS DOCUMENTAIS DOS LICITANTES QUANTO AO CUMPRIMENTO DE TAL NORMA

Após análise da Resolução supracitada, entendemos que esta deve incidir sobre a presente licitação, sendo pertinente a inclusão das exigências documentais do licitante. Ressaltamos ainda ser importante destacar a necessidade de cumprimento das exigências constantes no Art. 3º da referida resolução:

Art. 3º A atividade de revenda de GLP somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que:

I - possuir autorização de revenda de GLP outorgada pela ANP; e

II - atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução.

4. DECISÃO

Após análise das alegações apresentadas, pelos motivos e razões acima expostos, decido pelo acolhimento da impugnação apresentada pela DISTRIBUIDORA DE GAS GONCALVES LTDA.

Em: 10/07/2020

Andersen Mateus Nascimento
Pregoeiro/UFVJM